



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SESSÃO ORDINÁRIA DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

ACTA

Aos vinte e três dias do mês de Setembro do ano de dois mil e onze, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

1.1 - Discussão e aprovação da acta da sessão ordinária de 03 de Junho de 2011;

1.2 - Leitura do Expediente;

1.3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município.
(Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

2 – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

2.1 – Informação da Senhora Presidente da Câmara sobre a actividade municipal, nos termos da alínea e), do n.º 1, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2.2 - Deliberar as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, definidas pela Câmara, para os prédios urbanos, referente a 2011, a liquidar no próximo ano, nos termos do Art.º 112.º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis – Decreto-Lei n.º 287/03, de 12 de Novembro;

2.3 – Deliberar, nos termos da alínea f), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a criação de uma derrama com vista ao reforço da capacidade financeira para as obras de “Variante de Nelas (1.ª e 2.ª fases)”, “Museu do Vinho do Dão”; “Rotundas de acesso a Canas de Senhorim (Rotundas na E.N. n.º 234, em Canas de Senhorim)” e “Centro de Dia de Vilar Seco”;

2.4 - Aprovar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro – Lei das Comunicações Electrónicas;

2.5 - Aprovar os Benefícios Fiscais IRS – Participação dos Municípios – Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro;

2.6 – Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o projecto de Regulamento do Arquivo Municipal de Nelas;

2.7 - Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a alteração do Regulamento de Trânsito da Freguesia de Vilar Seco;

2.8 - Autorizar a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão a contrair um empréstimo a médio e longo prazo no valor de 6.700.000,00 euros;

2.9 - Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro – 2.º Semestre - Apreciação, nos termos do n.º 4, alínea c) e n.º 5, do Art.º 40.º, das Lei das Finanças Locais;

2.10 - Revisão da Lei das Finanças Locais – Proposta desta Câmara Municipal – Conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito boa noite a todos os presentes. Vamos dar início a mais uma sessão ordinária desta Assembleia. Começo por cumprimentar a Senhora Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Secretários, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, os Senhores Membros da Assembleia e o Exmo. Público aqui presente.

Passo, de seguida, a palavra ao Senhor Segundo Secretário Manuel dos Santos, que irá fazer a chamada dos Senhores Membros da Assembleia e o respetivo registo das faltas. Senhor Manuel faça favor.

(O Senhor Manuel dos Santos fez a chamada dos Senhores Membros da Assembleia)

O Senhor Segundo Secretário Manuel dos Santos:

- Temos, até ao presente momento, um total de 23 presenças e 7 faltas. Faltam os Senhores Membros da Assembleia Rui Manuel Simões Costa (veio mais tarde), Armando Carlos Costa Carvalho, António Cândido Morais Marques, Pedro António Figueiredo Moreira, José Manuel de Almeida Gomes Ambrósio, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, Luís Manuel Abrantes Pinheiro e o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Senhorim, António Morais Amaral Rodrigues.

O Senhor Presidente da Assembleia:

Muito obrigado Senhor Segundo Secretário Manuel dos Santos. Dando continuidade à sessão, passamos ao ponto 1.1 - Discussão e aprovação da acta da sessão ordinária de 03 de Junho de 2011.

Sobre este ponto, algum dos Senhores Membros da Assembleia pretende usar da palavra? Uma vez que não, vamos pôr o ponto à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado com 23 votos, ou seja, por unanimidade.

Passamos, de seguida, ao ponto 1.2 – Leitura do Expediente. Como habitualmente vou escusar-me à leitura do mesmo, uma vez que foi enviado a todos os Membros da Assembleia.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- Câmara Municipal de Nelas – Envio de fotocópia das actas das reuniões ordinárias de 31/05/2011; 14/06/2011; 28/06/2011; 12/07/2011; 26/07/2011; 09/08/2011; 30/08/2011;

- Membro da Assembleia e Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, Luis Manuel Abrantes Pinheiro – Solicita justificação da falta dada à sessão ordinária de 29 de Abril de 2011;

- Membro da Assembleia, Rui Manuel Simões Costa – Solicita justificação às faltas dadas às sessões: ordinária de 30 de Abril de 2010; extraordinária de 14 de Maio de 2010; ordinária de 18 de Junho de 2010 e ordinária de 11 de Fevereiro de 2011;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- E-mail do Membro da Assembleia, Armando Carlos Costa Carvalho – Envia, em anexo, pedidos de justificação das faltas dadas às sessões ordinárias de 17 de Dezembro de 2010, 11 de Fevereiro de 2011 e 29 de Abril de 2011;
- Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão – Relatório e Conta de Gerência do ano de 2010;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nelas – Convite para participar nas cerimónias comemorativas do 91.º aniversário daquela Associação, que se realizam em 24 de Junho de 2011;
- Presidentes das Câmaras Municipais de Viseu, Tondela e Santa Comba Dão – Convite para a cerimónia de inauguração da Ecopista do Dão – dias 1 e 2 de Julho de 2011;
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local – Petição “Não à redução do número de autarquias e de trabalhadores”;
- Exemplar do jornal da Associação Portuguesa de Deficientes;
- Associação dos Técnicos Administrativos Municipais – XXXI Colóquio Nacional da ATAM – Guarda – 11 a 14 de Outubro – Envio de boletim de inscrição;
- Grupo Parlamentar “Os Verdes”, da Assembleia da República – Audição Pública Parlamentar sobre o Sector Ferroviário;
- E-mail da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Consideração prévia ao OE 2012;
- Ofício n.º 3588, datado de 13 de Setembro de 2011, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assunto para esta sessão da Assembleia Municipal;

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- Ofício n.º 16/11, datado de 06 de Junho de 2011, enviado à Ex.m.^a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento da deliberação tomada na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 03 de Junho de 2011;
- Ofício n.º 17/11, datado de 14 de Setembro de 2011, enviado aos Senhores Membros da Assembleia, convocando-os para esta sessão da Assembleia Municipal.

O Senhor Membro da Assembleia:

- Entramos, assim, no ponto 1.3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município - Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações e outros.

Sobre este ponto, solicito a todos os Senhores Membros da Assembleia que pretendam usar da palavra, o favor de se inscreverem agora, para haver uma divisão mais equitativa do tempo, atendendo a que a Ordem de Trabalhos da sessão de hoje é bastante longa.

Vai usar da palavra o Senhor Membro da Assembleia Dr. Benjamim Pedro. Faça favor.

O Senhor Membro da Assembleia Dr. Benjamim Pedro:
Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,
Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal de Nelas,
Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal,
Exmo. Público.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mais uma vez a Feira do Vinho do Dão foi um sucesso. A vigésima edição da Feira do Vinho do Dão proporcionou aos agentes comerciais e expositores, em geral, muitos e bons negócios. Para além do sucesso comercial e da divulgação dos Vinhos do Dão, o Concelho de Nelas, mais uma vez, presta a sua homenagem aos produtores e aos impulsionadores do Vinho da Região do Dão.

Para além da tradição e modernidade presentes nesta Feira do Vinho, é de realçar a sua melhoria qualitativa e a dinâmica empregue neste evento, que já ultrapassa as fronteiras do Concelho e do Distrito, alcançando uma expressão nacional. Esta evolução não acontece por acaso; deve-se a uma excelente organização da Câmara Municipal de Nelas, sempre preocupada em fazer melhor de ano para ano. Apesar da redução dos custos, a Feira do Vinho do Dão deste ano não perdeu a qualidade e o prestígio que vem granjeando de ano para ano, mantendo o crescimento que vem consolidando.

É de realçar que este ano fez-se a divulgação desta Feira a nível internacional, através do Facebook. Esta divulgação na Internet, de extrema importância, deve-se à iniciativa do Senhor Vereador Osvaldo Seixas e à respectiva Comissão Organizativa, preocupada, não só com a organização do evento mas, também, com o seu êxito.

Foi, com satisfação, que assistimos nesta Feira à presença de imensos estrangeiros, entusiasmados com esta iniciativa e que deram um significativo impulso na comercialização e divulgação dos Vinhos do Dão.

Por fim, um louvor a todos os Vitivincultores, Comerciantes, Técnicos e Enólogos, profissionais excelentes que exercem de ano para ano a sua actividade com elevado nível de formação, competência, entusiasmo e dedicação. Perante tudo o que foi explanado, muito mais haveria a dizer.

Para terminar, espero que o presente Governo não concretize o aumento do IVA sobre o vinho que poderia catapultar o Vinho do Dão e respectivos Vitivincultores para uma falência quase certa e para uma destruição completa desta Região e do Vinho do Dão em especial.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia Dr. Benjamim Pedro. Aproveito para informar a Assembleia de que acabou de chegar o Senhor Membro da Assembleia Rui Costa. Passo, de seguida, a palavra ao Senhor Membro da Assembleia António Loureiro. Faça favor.

O Senhor Membro da Assembleia António Loureiro:

- Muito boa noite Senhor Presidente da Assembleia,
Senhora Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Membros da Assembleia,
Estimado Público.

Pretende a Coligação Todos Juntos Pelo Concelho de Nelas que seja aprovada uma moção sobre a anexação, ou a extinção, das Freguesias do nosso Concelho e a mesma seja enviada a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MOÇÃO

É público que o actual Governo pretende fazer uma reestruturação da realidade do mapa das Freguesias e dos Municípios do nosso País, imposta pelo acordo com a Troika. Como a extinção de Freguesias, considerando os últimos rumores, assenta numa possível lei cega, meramente numérica e resultante de pressupostos estatísticos, não atendendo a realidades históricas, culturais e geográficas que caracterizam algumas destas Freguesias, vimos solicitar que, atendendo a estas mesmas características históricas, culturais e outras, seja visto com particular atenção e mantido o actual mapa de Freguesias do nosso Município. Só assim se poderá manter a coesão do mesmo com o espírito de união que o tem sustentado nos últimos anos, no caminho do progresso e a evolução da qualidade de vida das populações.

Ciente da necessidade de poupança de recursos, a nossa Bancada é solidária com a mesma. No entanto, consideramos que este corte nas Freguesias não pode assentar, apenas, em referenciais numéricos, não podendo esta reforma ser feita de forma recta, sem que as especificidades de cada caso, sejam criteriosamente, analisadas, fazendo justiça às particularidades de cada lugar.

Nelas, 23 de Setembro de 2011.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia António Loureiro. Mais algum dos Senhores Membros da Assembleia deseja usar da palavra sobre a moção apresentada pelo Senhor Membro da Assembleia António Loureiro?

Uma vez que não, vou pôr à votação a moção apresentada pelo Senhor Membro da Assembleia António Loureiro. Vou-me escusar à leitura da mesma, uma vez que acabou de ser lida pelo Senhor Membro da Assembleia; visa, fundamentalmente, a não extinção de nenhuma das Freguesias do nosso Concelho.

Quem vota contra? Quem se abstém? Foi, assim, aprovada por unanimidade. Dando continuidade aos trabalhos, dou, agora, a palavra à Senhora Membro da Assembleia Alexandra Pinto. Faça favor.

A Senhora Membro da Assembleia Alexandra Pinto:

- Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,
Exma. Senhora Presidente da Câmara,
Exmos. Senhores Vereadores,
Exmos. Senhores Membros da Assembleia,
Caríssimo Público aqui presente.

No dia 14 de Setembro teve lugar na localidade de Nelas, a cerimónia de abertura do ano lectivo de 2011/2012. Esta cerimónia contou com a presença da Senhora Presidente da Câmara, dos Senhores Vereadores, dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho, do Director do Agrupamento de Escolas de Nelas e dos Presidentes das Associações de Pais, bem como dos alunos deste Concelho.

A cerimónia teve lugar no Centro Educativo de Nelas, um edifício dotado das mais modernas valências em matéria educativa e que vai servir os alunos que até aqui estavam dispersos pela Escola de Nelas, Moreira, Folhadal, Vila Ruiva e Senhorim. Como todas estas escolas tinham menos de vinte alunos, estes passaram agora a dispor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das mais modernas instalações e equipamentos que influenciarão directamente na sua aprendizagem e no sucesso escolar.

Os estudos governamentais demonstram que os alunos das escolas com taxa de frequência baixa e com poucos recursos têm um sucesso escolar muito mais baixo. Estes resultados não sendo surpreendentes, forneceram, no entanto, as directrizes para a implementação dos Centros Escolares. Estes estudos conduziram a protocolos para melhorar as condições escolares em termos de ambiente físico, materiais de apoio à aprendizagem e tecnologias de informação, resultando na criação de Centros Escolares para receber os alunos que anteriormente frequentavam pequenas escolas rurais. Os estudos também revelaram que a forma como os alunos de diferentes situações familiares e educativas se relacionam entre si, influencia, fortemente, a capacidade de aprendizagem.

Estes Centros, tal como o de Nelas, comportam mais de um nível de ensino, com vista à rentabilização das infraestruturas comuns, valências de utilização comum ou polivalente como sejam bibliotecas, salas de utilização de informática, cantinas, polivalente para reuniões e actividades culturais e de educação física, salas de aulas modernizadas e actividades experimentais, áreas exteriores com vedações e segurança, espaços cobertos e zonas de desporto, sempre que possível, entre outras.

De notar que o Centro Escolar de Nelas teve um investimento total, em números redondos, de três milhões e oitocentos mil euros, participado por fundos da União Europeia em dois mil e seiscentos milhões de euros e um investimento de cerca de mil e duzentos milhões de euros assumidos pela Autarquia. O edifício tem quinze salas de aulas do primeiro ciclo, quatro salas de actividade para o pré-escolar, duas salas de apoio, biblioteca, salas polivalentes, ginásios e balneários, cantina escolar com capacidade para 400 refeições diárias, instalações desportivas descobertas, recreio e parque infantil, com espaços equipados, programados e equitativamente caracterizados para que as crianças possam usufruir desses espaços de maneira saudável.

A construção deste espaço, que agora está ao dispor dos alunos deste Concelho, demonstra que a Educação é uma das principais prioridades deste Executivo Camarário. O objectivo é que as crianças e os jovens deste Concelho tenham a mesma qualidade de ensino ao seu dispor e os mesmos recursos que os alunos das zonas urbanas usufruem. Embora estando no Interior, e por vezes esquecidos das modernidades e das políticas governamentais bem como das suas ajudas, este Executivo fez um meritório esforço de edificar na sede do concelho um Centro Escolar, proporcionando aos jovens um ambiente educacional que em nada fica atrás das grandes cidades.

Por isso, aqui fica o agradecimento a este Executivo em nome da Bancada do PPD/PSD-CDS/PP por, mais uma vez, direccionar este Concelho no sentido da modernidade e da política educacional digna do século XXI.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhora Membro da Assembleia Alexandra Pinto. Vou dar, de seguida, a palavra ao Senhor Membro da Assembleia Silva Liberato. Faça favor.

O Senhor Membro da Assembleia Silva Liberato:

- Muito boa noite,

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal,
Exmos. Senhores Vereadores,
Exmos. Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia,
Exmas. Senhoras e Senhores Membros da Assembleia,
Exmo. Público, aqui presente.

O Concelho de Nelas foi, no passado dia 28 de Julho, fustigado por um violento incêndio em que a sua maior intensidade se registou no Folhadal, Carvalhas, Caldas da Felgueira, São João do Monte, Póvoa de Luzianes e Póvoa da Roçada.

Apesar de ter sido um incêndio de grandes proporções, foi possível evitar-se uma maior catástrofe com a cooperação de várias entidades. A coesão, a harmonia e a coordenação registadas no seu combate não passaram despercebidas e, por isso, a Bancada do PPD-PSD/CDS-PP apresenta, a esta Assembleia, uma moção de agradecimento e de solidariedade a todos aqueles que, com o seu trabalho e dedicação a causas nobres, evitaram maiores prejuízos.

MOÇÃO

“A Bancada do PPD-PSD/CDS-PP expressa um louvor aos Bombeiros de Nelas e de Canas de Senhorim pela decisiva colaboração na neutralização do incêndio ocorrido no passado dia 28 de Julho e que devastou uma mancha considerável da floresta do nosso Concelho.

Este nosso sentido reconhecimento é extensível a todos os outros agentes locais e às dezenas de Corporações de Bombeiros de várias zonas do País que, de forma empenhada e generosa, enfrentaram, naquele fatídico dia de Julho, um cenário recheado de enormes contrariedades e ao qual corresponderam com eficácia e superação. Esta ocorrência, acompanhada e apoiada pela Protecção Civil Local e Regional, em acção de retaguarda, mobilizou outros meios operacionais. No teatro de operações participaram, também, diversos grupos de militares, Funcionários da nossa Autarquia e outros cidadãos anónimos que não se escusaram a prestar auxílio logístico.

Congratulamos, pelos mesmos pressupostos, a empresa “Distrinelas”, detentora do Intermarché que, desde o primeiro momento, se disponibilizou para prestar uma valiosa cooperação. Para além do fabrico do pão durante a noite, doou uma notável quantidade de géneros alimentícios a todos aqueles que, com bravura e determinação, combateram as chamas.”

Em nome da Bancada do PPD-PSD/CDS-PP, solicitava a todos os Senhores Membros desta Assembleia que aprovassem esta moção, atendendo que se trata de um assunto suprapartidário.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia Silva Liberato. Algum dos Senhores Membros da Assembleia pretende usar da palavra sobre este ponto? Uma vez que ninguém pretende usar da palavra, esta moção vai ser posta a votação. Vou-me escusar à leitura da mesma atendendo a que acabou de ser lida pelo Senhor Membro da Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quem vota contra a moção? Quem se abstém? Foi, assim, aprovada, por unanimidade. Dou, de seguida, a palavra ao Senhor Membro da Assembleia Aires dos Santos. Faça favor.

O Senhor Membro da Assembleia Aires dos Santos:

- Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia,

Senhora Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Colegas e Camaradas,

Exmo. Público.

Em tempos veio a público uma reportagem da SIC sobre a exploração mineira da Urgeiriça, sob o tema “Terra envenenada”. Pensando que não, esse tema veio demonstrar uma certa preocupação, não só para as populações que ali residem, como também quem habita próximo nos arredores desta localidade. Levantou, novamente, uma certa apreensão no Hotel da Urgeiriça e nas Caldas da Felgueira porque a Ribeira da Pantanha, para onde escorriam as águas de lixiviação da Urgeiriça, iam desaguar no Rio Mondego.

Esta semana fomos, outra vez, confrontados com a mesma situação. Na Linha da Frente, um programa da RTP, veio demonstrar, uma vez mais, a realidade que é um pouco dura. Algumas das pessoas entrevistadas deram uma imagem pesada, não só de Canas de Senhorim, como de Nelas e de toda a nossa vasta região. Aquela reportagem teve uma grande carga de sentimento porque joga com o estado de saúde e sentimental das pessoas.

Eu e muitas dezenas de pessoas, que residimos ali próximo da zona da barragem, ficámos preocupados. Entendo que a EDM está a fazer um trabalho meritório porque está a tratar aquelas terras e a minorar algumas situações de impacto. Como se sabe, a Televisão é um veículo que chega a todo o lado e, por isso, sou confrontado, constantemente, por várias pessoas que me questionam sobre o ambiente que se respira em Canas de Senhorim. Como se pode constatar através dos Censos, há uma certa diminuição de população em Canas de Senhorim e nós, tanto a Câmara, como outros agentes que têm algum poder de intervenção, poderíamos dar uma imagem diferente do que ali se passa. Muitas pessoas comentam que Canas de Senhorim não é uma boa Terra para se viver e nós, que temos lá os nossos filhos, preocupamo-nos com tudo isto.

Gostava de saber se a Câmara Municipal teve conhecimento dessa reportagem e se tem alguma resposta concreta em relação a este assunto. Noutros tempos as Minas proporcionaram grandes fontes de receita e davam boas condições e hoje as suas populações estão a pagar com o seu estado de saúde o tempo que dedicaram à mina. Diariamente, noto que a EDM faz o transporte de terras, pela via pública, lavando a estrada no fim do dia. No entanto, há algumas poeiras que devem estar sedimentadas e as suas escorrências têm que cair para as valetas. Penso que, quer a Junta de Freguesia de Canas de Senhorim quer a Câmara Municipal, deveriam prestar uma informação precisa junto das populações.

Muito obrigado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia Aires dos Santos. Sobre as questões por si levantadas, vou dar a palavra à Senhora Presidente de Câmara, Dra. Isaura Pedro, que o irá esclarecer. Faça favor.

A Senhora Presidente da Câmara, Dra. Isaura Pedro:

- Muito boa noite, Senhor Presidente da Assembleia,
Senhora Vereadora e Senhores Vereadores,
Senhores Presidentes de Junta,
Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal,
Caro Público.

Subscribo as palavras do Senhor Membro da Assembleia Aires dos Santos. Ainda bem que se lembrou de falar sobre este assunto, pois eu própria estava a ver o programa na RTP, há dois ou três dias, e fiquei indignada porque está a ser feito um trabalho nas Minas da Urgeiriça, assegurado pela EDM, e penso que é pioneiro em Portugal e, até, na Europa, para a requalificação de toda aquela zona.

Lembro-me, a quando da apresentação do projecto, que se disse isso mesmo e, o facto é que está a resultar porque têm sido medidos os níveis de radão e são muito diminutos, estando dentro dos valores normais, isto nas áreas recuperadas e, por isso, partilho a sua indignação com este tipo de programas.

Mas temos, também, que constatar que é sempre a mesma pessoa que aparece na televisão; alguém que gosta de protagonismo à conta da vulnerabilidade destas situações porque isto mexe com as pessoas. É verdade que há pessoas que padecem de carcinomas, como em todo o País, mas nunca se chegou a saber se havia uma relação nexa de causalidade. Continuo a pensar que se está a elencar com a boa-fé das pessoas que aparecem nessas situações e que não deviam aparecer, mas se aparecem é porque deram autorização para isso. Condeno quem usa a vulnerabilidade destas pessoas doentes para ter protagonismo e palco. Se repararem, é sempre a mesma pessoa que aparece nestes programas o qual nós já condenámos, veementemente, por esse tipo de actuação várias vezes. Não foi por acaso que aqui o Senhor Vice-Presidente da Câmara lhe chamou terrorista político e que foi arguido num processo por causa disso. Querem protagonismo mas acabam por, provocar um impacto negativo, quer em Canas de Senhorim, quer nas Termas da Felgueira.

Congratulo-me porque, finalmente, há alguém que não está de acordo com este tipo de actuação que visa, somente, o protagonismo. Acho que todas as ajudas não são demais para dizer às pessoas que com assuntos destes não se brincam.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhora Presidente da Câmara, Dra. Isaura Pedro. Vou dar a palavra ao Senhor Membro da Assembleia Aires Santos. Faça favor.

O Senhor Membro da Assembleia Aires Santos:

- Eram, apenas, duas notas que me faltaram e que penso serem importantes. A melhoria que se tem registado na Feira do Vinho deve-se, substancialmente, ao trabalho dos produtores e engarrafadores que têm apresentado, cada vez mais, vinhos com melhores níveis de qualidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mas há uma referência que não foi dita pelo nosso Colega Membro da Assembleia, da Bancada do PSD, que foi a ausência da Adega Cooperativa de Nelas por razões que todos conhecemos. A Adega Cooperativa de Nelas esteve sempre na primeira linha e penso que, por isso mesmo, merece uma palavra pelo tempo que dedicou à causa do vinho.

Para terminar, diria que a cultura ficou, ontem, mais pobre com a partida do Mestre Júlio Resende. Quem gosta de cultura sente-se um pouco ensombrado porque o Mestre Júlio Resende marcou-nos profundamente. Esta personagem marcou a política e o panorama cultural português.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia Aires dos Santos. Dou, de seguida, a palavra ao Senhor Membro da Assembleia Jorge Abreu. Faça favor.

O Senhor Membro da Assembleia Jorge Abreu:

- Boa noite, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia,
Senhora Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Caros Membros da Assembleia.

Venho, em nome da Coligação do PPD/PSD-CDS/PP, apresentar uma moção no seguimento das intervenções anteriores. Trata-se de uma preocupação de todos nós, como o Senhor Membro da Assembleia Dr. Benjamim Pedro aqui deixou bem frisado.

Esta Câmara Municipal tem feito um grande esforço para que a Feira do Vinho mantenha uma grande qualidade no sentido de desenvolver e divulgar o produto da nossa Região. Não poderíamos deixar, de maneira nenhuma, de nos despertar preocupação os rumores que circulam sobre o hipotético aumento da taxa do IVA sobre os produtos vitivinícolas. Sobre essa eventualidade, proponho, a esta Assembleia, uma moção a enviar à Senhora Ministra da Agricultura no sentido de que esta matéria seja excluída de qualquer aumento de imposto.

MOÇÃO

A coligação do PPD/PSD, CDS/PP do concelho de Nelas vem solicitar a **V. Ex.^a uma forte ponderação e estudo** sobre as notícias recentemente veiculadas pela comunicação social, relativas à alteração da taxa do IVA a aplicar ao vinho, quer seja vendido isoladamente, ou acompanhando uma refeição servida num restaurante, é importante que esta Assembleia, tome posição clara e inequívoca quanto a esta matéria.

É no concelho de Nelas e nos Municípios envolventes que se produzem uma série de produtos endógenos que, pela sua especificidade, qualidade e singularidade, destacam a região e os seus habitantes.

Destes produtos, o vinho, ganha particular importância, quer por ser o produto que constitui a trave mestra da produção agrícola regional, quer pelo reconhecimento que alguns dos produtores e vinhos da região têm obtido em todo o país e no estrangeiro, quer pelo peso económico e social que representam.

Perante um mercado sem capacidade de absorver qualquer aumento de preço, o aumento da taxa de IVA, será obrigatoriamente repercutida nas margens de lucro da produção e da comercialização sendo que os produtores, por serem os que têm menor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

capacidade negocial e, normalmente, são os que efetuam os maiores investimentos e assumem os riscos naturais do sector, são estes, as principais vítimas da redução das margens de lucro na comercialização.

Esta redução, mais do que previsível do preço da matéria-prima no agricultor, associada à forte queda já ocorrida nos últimos anos, levará ao estrangulamento e conseqüente desaparecimento da grande maioria dos viticultores, começando pelos mais pequenos, mas que, inevitavelmente, irá atingir a todos, podendo levar ao abandono das vinhas, da produção e à morte de um dos mais emblemáticos sectores da economia regional e nacional.

É neste sentido que a Assembleia Municipal de Nelas reunida em 23 de Setembro de 2011, solicita ao Senhor Presidente da Republica; ao Senhor Presidente da Assembleia da República; ao Senhor Primeiro Ministro; à Senhora Ministra da Agricultura e aos Presidentes de todos os grupos Parlamentares que:

- Tendo em atenção a especificidade do sector;
- Levando em linha de conta o elevado peso que o vinho e tudo o que lhe está associado, tem para a economia nacional, particularmente em algumas regiões como é o caso da região Demarcada do Dão;
- Tendo em linha de conta o peso histórico do Vinho, enquanto produto natural, gastronómico e cultural;
- Atendendo a que, apesar do crescimento exportador do sector, o mesmo não sobreviverá sem o consumo interno que, com eventuais subidas da taxa do IVA poderão vir a sufocar.
- Não altere a taxa do IVA aplicada, como consta no posicionamento do vinho nas listas anexas ao código do IVA, mantendo-o como parte integrante dos bens sujeitos à taxa intermédia de 13%;
- Se, eventualmente, decidir pela alteração daquela taxa, considere o vinho como produto essencial, que o é de facto, e o coloque na lista de bens sujeitos à taxa reduzida.

Nelas, 23 de Setembro de 2011.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia Jorge Abreu. Sobre esta moção, mais algum dos Senhores Membros da Assembleia pretende usar da palavra?

Uma vez que não, vou pôr esta moção à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Foi, assim, aprovada, por unanimidade a moção a apresentar à Senhora Ministra da Agricultura e demais entidades oficiais sobre a repulsa do hipotético aumento da taxa do IVA dos produtos vitivinícolas. Vou dar, de seguida, a palavra ao Senhor Membro da Assembleia Rui Costa. Faça favor.

O Senhor Membro da Assembleia Rui Costa:

- Boa noite Senhor Presidente da Assembleia,
- Senhores Secretários,
- Senhora Presidente da Câmara,
- Senhores Vereadores,
- Senhores Membros da Assembleia.

Já passaram alguns meses desde a última Assembleia e muitos eventos se passaram no nosso Concelho. Um dos eventos foi as Festas do Município que dignificam, e muito, o nosso Concelho. Tendo por objectivo principal a promoção das actividades locais junto de um público alargado, como é o apanágio do nosso Concelho,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

decorreram de 23 a 25 de Junho as Festas do Município de Nelas. Este ano marcado por uma necessidade extrema de contenção financeira, fruto de uma má política nacional, patrocinada, como todos nós sabemos, pela ingerência do Governo do Partido Socialista e do ex- Primeiro-ministro Eng.º José Sócrates. Teve, por isso, a Câmara Municipal que recorrer a uma diminuição significativa dos dias do evento, bem como conter todas as despesas que decorreram deste tipo de organização.

Das actividades, constaram exposições, artesanato regional, feira do livro e multimédia, zona de bares, gastronomia, folclore, bandas filarmónicas, música, teatro e marchas populares. No que diz respeito ao público mais jovem, destacou-se a zona de bares sediados no espaço da Festas e contou, pela primeira vez, com a participação das Associações do Cimo do Povo e do Bairro da Igreja, que asseguram a gastronomia no local.

A vertente desportiva foi preenchida com o Quarto Torneio de Escolas de Natação de Nelas, nas Piscinas Municipais e com o jogo de veteranos entre o Sport Clube de Nelas e o Estrela da Amadora.

É de destacar, ainda, o espaço de Pintura que este ano reuniu dezanove artistas de diferentes Freguesias do Concelho, com uma exposição na galeria do Edifício Multiusos. No que toca à música, o palco principal recebeu os Grupos Alta Frequência, Sons do Minho e Mundo Cão. O cartaz das Festas reservou para o palco Super Bock, a partir da meia-noite, a actuação dos grupos Banda, Os Viscondes, o Á do Porto, Paracetamole Banda, Pablo Panchinça e Dicokel.

Como ponto alto do programa das Festas, tivemos as marchas populares que na Noite de São João saíram à rua, culminando com uma sardinhada e muita animação. Do programa constaram, também, arruadas, folclore, animação infantil, insuflável e as comemorações do aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nelas. Destaque para a grande aposta promocional nas Bandas Juvenis do Concelho, ficando bem patente a sua excelente evolução em termos de qualidade. Parabéns a todos eles, extensivos a todas as Associações do Concelho pois só com elas é que toda esta organização teve sucesso.

Quero, porém, deixar um alerta à infeliz necessidade imposta pela política economicista que o País submeteu os subsídios da Autarquia. Desta forma a política associativa terá que ser revista para que o tecido associativo possa sobreviver e continuar a trabalhar como o têm feito até aqui. Desta forma não podemos ser insensíveis a todas as dificuldades que foram ultrapassadas por este Executivo com a realização destes eventos culturais, nem deixando de dar brilho e cor ao nosso Município, nem descurando a prática de uma política de consolidação financeira.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia Rui Costa. Como não há mais ninguém inscrito, dou, assim, por encerrado o Período Antes da Ordem do Dia.

Aproveito, também, para avisar o Público aqui presente que, também, encerra agora a possibilidade de se inscreverem para o uso da palavra, conforme está previsto no artigo 20.º, n.º 2, do nosso Regimento.

Passamos para o Período da Ordem do Dia. O Ponto 2.1 - Informação da Senhora Presidente da Câmara sobre a actividade municipal, nos termos da alínea e), do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

n.º 1, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Ex.m.º. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.mos Senhores Membros da Assembleia

De acordo com a alínea e), do n.º 1, do Art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tenho a honra de apresentar a V.ªs Ex.ªs a informação escrita acerca da actividade do Município, bem como a sua situação financeira, desde 03 de Junho último até hoje.

1) Assim, iniciaram-se os trabalhos de:

- Arranjos exteriores da sede da Junta de Freguesia de Moreira em colaboração com a Junta de Freguesia;

- Pavimentação das alamedas do cemitério de Moreira;

- Arranjo do largo posterior da capela de Vila Ruiva, em colaboração com a Junta de Freguesia de Senhorim;

- Pintura da capela de Vila Ruiva;

- Reparação do telhado da Associação de Vila Ruiva;

- Arranjo das bancadas da Associação de Vila Ruiva, em colaboração com a Junta de Freguesia de Senhorim;

- Pintura do palco da Associação das Carvalhas, em colaboração com a Junta de Freguesia de Senhorim;

- Limpeza do largo da Póvoa de Luzianes, em colaboração com a Junta de Freguesia de Senhorim;

- Conclusão do 1.º andar do edifício do Jardim Escola da Lapa do Lobo, em colaboração com a Junta de Freguesia;

- Repavimentação da Rua de acesso ao Largo do Cruzeiro, em Lapa do Lobo, em colaboração com a Junta de Freguesia;

- Rede de águas pluviais e rede de gás na Rua Dr. José Pinto Loureiro, em Nelas;

- Construção de passeios na Rua Dr. Pinto Loureiro, em Nelas;

- Vedação do campo de futebol de Vale de Madeiros;

- Expropriações da Rua Marques Pinto, em Nelas – Vedação de terreno;

- Ampliação da Rede de Água na Zona Industrial do Chão do Pisco, em Nelas;

- Construção do muro de vedação do Centro de Dia de Vilar Seco.

2) Continuam em execução os trabalhos de:

- Requalificação da Av.ª Dr. José Pinto Loureiro, em Nelas;

- Construção de muros junto à Rotunda de Moreira;

- Expropriações da Variante – Construção de anexo;

- Obras para instalação dos futuros Julgados de Paz em Nelas;

- Construção de redes de água, esgotos e pluviais no acesso ao Loteamento do Prado, em Vilar Seco;

- Construção de infraestruturas – águas, esgotos, pluviais, redes eléctrica e telefónica na Ligação da Rotunda das Eiras à E.N. n.º 234, em Nelas;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Construção de muro em granito na Ligação da Rotunda das Eiras à E.N. n.º 234, em Nelas;
- Alargamento da Avenida Viscondessa de Taveiro, em Santar;
- Arranjos exteriores do Centro de Dia de Vilar Seco;
- Arranjo do Largo da Feira mensal de Carvalhal Redondo;
- Construção de muros em granito no Novo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Nelas, com colaboração da Junta de Freguesia de Senhorim;
- Construção do arruamento do Dique, em Vilar Seco;
- Beneficiação de pavilhão para o futuro armazém de materiais da Protecção Civil;
- Construção de muros para construção da rotunda de Moreira;
- Colocação da vedação do campo n.º 2 do Estádio Municipal de Nelas;
- Pintura de vários arruamentos e passadeiras em Nelas;
- Abertura de caminho de ligação ao Caminho da Adaúfa;
- Construção de passeios na Av.ª 25 de Abril, em Santar;
- Requalificação da Praceta António Lúcio, em Santar;
- Construção de passeios na Av.ª Vasco da Gama, em Carvalhal Redondo;
- Limpezas das Escolas do Concelho;
- Alargamento do Caminho do Moledo, em Nelas;
- Construção do 3.º Campo do Complexo Desportivo de Nelas;
- Construção de adutora desde o novo reservatório de Vilar Seco até à Zona Industrial e Complexo Desportivo;
- Movimento de terras na Variante de Nelas;
- Pavimentação do acesso às Oficinas Municipais;
- Abertura de poços na Variante da Aguieira;
- Drenagem das águas pluviais na Zona Industrial de Nelas;
- Terraplanagem na Zona Industrial n.º 1, em Nelas;
- Abertura de arruamento na Zona Industrial n.º 1, em Nelas;
- Construção de rede de águas pluviais na Zona Industrial n.º 1, em Nelas;
- Construção da Variante à Aguieira;
- Construção do arruamento do loteamento do Prado, em Vilar Seco;
- Arranjo de passeios em várias ruas de Nelas;
- Construção de arruamento na Zona Industrial de Nelas (Movecho);
- Pintura de passadeiras em Nelas;
- Electrificação das Oficinas Municipais;
- Abertura da Rua de Acesso ao futuro Centro de Dia, em Vilar Seco;
- Limpeza/alargamento de caminhos nas freguesias;
- Manutenção e limpeza de fossas no concelho;
- 3) Concluíram-se os trabalhos de:
 - Requalificação da Av.ª António Joaquim Henriques, em Nelas;
 - Reposição de passeios e construção de paragens de autocarros, em Canas de Senhorim;
 - Mudança de paragem de autocarro em Moreira, em colaboração com a Junta de Freguesia;
 - Colocação de lancis no acesso às Oficinas Municipais, em Nelas;
 - Ampliação das redes de águas e esgotos na Rua Dr. Lobo Antunes, em Nelas;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Acesso a pessoas com dificuldades motoras ao Tribunal de Nelas;
- Reposição de calçada na Variante de Santar;
- Construção de valetas revestidas em Santar;
- Reposição de calçada junto da Associação do Cimo do Povo, em Nelas;
- Ampliação da rede eléctrica até ao novo Centro Educativo, em Nelas;
- Beneficiação do Largo da Igreja de São Simão, em Aguieira – Colocação de bancos.

- Arranjos de caminhos em Vila Ruiva;
- Beneficiação de arruamento no Lugar Pedrinho, em Vilar Seco;
- Requalificação de rotundas na Variante de Nelas – diminuição de raios;
- Requalificação de espaço verde em Lapa do Lobo;
- Recuperação da estufa antiga da Quinta da Cerca;
- Construção de Parque Infantil, em Moreira.
- Requalificação do espaço em frente à sede do Rancho Folclórico “Rosas do Mondego”, em Vale de Madeiros;

4) Informação financeira:

Informe V.^a Ex.^a que em 31 de Agosto de 2011:

- As disponibilidades existentes na Tesouraria da Câmara Municipal totalizavam 363.392,63 euros;
- As dívidas a fornecedores existentes eram na quantia de 2.400.298,82 euros, estando por pagar facturas de fornecedores desde o mês de Outubro de 2010;
- As dívidas a Empreiteiros eram na quantia de 1.649.904,78 euros.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Sobre este ponto, vai usar da palavra a Senhora Presidente da Câmara, Dra. Isaura Pedro. Faça favor.

A Senhora Presidente da Câmara, Dra. Isaura Pedro:

- Muito boa noite, Senhor Presidente da Assembleia,
Senhora Vereadora e Senhores Vereadores,
Senhores Presidentes de Junta,
Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal,
Caro Público.

Atravessamos um tempo de grave crise económica e social onde cada vez mais se acentuam as assimetrias entre o litoral e o interior. O Concelho de Nelas foi, no que respeita a investimentos, gravemente lesado e discriminado por parte do Governo do PS. Ainda assim, apesar de todos estes condicionalismos e com uma conjuntura económica nacional muito desfavorável, conseguimos manter os compromissos previstos para os investimentos aprovados no QREN e realizámos várias obras em todas as Freguesias do Concelho, procurando assim, que haja benefício para todas elas, sem excepção, e minimizando as assimetrias existentes.

A realização dessas obras e investimentos em todas as Freguesias foram executadas e acordadas em parceria com os Senhores Presidentes de Junta. Trata-se de obras de proximidade que vão ao encontro das reais necessidades das pessoas, e são de mais diversa natureza, entre pavimentação de estradas à construção de passeios, alguns equipamentos sociais, culturais e desportivos. Além destes investimentos, existem outros, que se encontram em fase de conclusão ou já concluídas e que vêm responder



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aos anseios e necessidades dos munícipes. A requalificação da 1ª fase da Variante a Nelas, a construção da sua 2ª fase, e o Centro Escolar de Nelas são exemplo disso.

Para a requalificação da 1ª fase da Variante, tentou este Executivo, junto do anterior Governo, que a mesma fosse efectuada através de um contrato programa, que mais não fosse para corrigir erros de má governação socialista no Concelho e que deixou esta via em péssimo estado. É do conhecimento de todos nós que o alcatrão foi colocado sobre terra vegetal, ou seja, uma vergonha e está à vista de todos. Isto não aconteceu só no Concelho de Nelas, pois veja-se o que está acontecer com o actual Governo; uns fazem os erros e depois são sempre os mesmos a repará-los.

Mesmo sabendo que do Governo PS não vinha um cêntimo sequer para investimento no nosso Concelho, avançámos para a requalificação desta via, pois o seu estado era péssimo. O valor total da obra é de 600 mil euros, dos quais 200 mil euros são comparticipados pelo programa “Mais Centro”, sendo os restantes 400 mil euros pagos pela Autarquia, sem esquecer os trabalhos realizados pelos Funcionários da Câmara Municipal. A obra está a decorrer dentro dos prazos previstos, esperando-se para breve a sua conclusão.

Em fase adiantada está, também, a 2ª fase da Variante a Nelas. Um investimento orçado em cerca de 1.300 mil euros foi financiado pelo QREN, em 800 mil euros, e pela Câmara em 500 mil euros. São duas vias estruturantes na malha viária de Nelas, cuja conclusão contribuirá para aumentar a mobilidade e melhorar a fluidez e a segurança da circulação rodoviária na zona escolar e desportiva da Freguesia de Nelas.

Estou certa de que, apesar da contenção na despesa e dos cortes que estamos a sofrer, vamos continuar a construir um Concelho mais coeso e desenvolvido porque, em devido tempo, delineámos um plano de desenvolvimento estratégico para o Concelho, sustentado em investimento em infra-estruturas e na oferta e prestação de serviços de utilidade para as empresas e para as famílias.

Aposta nossa, desde a primeira hora, foi, também, a educação e o futuro das nossas crianças e jovens. Desde 2005 que a Câmara realizou nas escolas de todas as Freguesias do Concelho obras de requalificação e renovação, dotando o parque escolar da rede do pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico de modernos e funcionais equipamentos educativos. Criaram-se, assim, condições para que a escola pudesse ser verdadeiramente a tempo inteiro e, deste modo, as famílias passassem a ter mais comodidade e segurança para os seus filhos, bem como melhores condições pedagógicas e educativas.

No arranque deste ano lectivo continuámos a melhorar as condições de ensino para as crianças, para os Professores e Funcionários. Assinalámos este regresso às aulas, com uma cerimónia muito significativa, num dia cheio de significado para todos os Nelenses: a abertura do primeiro Centro Escolar do Concelho, confirmando que, apesar do grande investimento já feito no parque escolar, a educação continua a ser uma das prioridades deste Executivo. A autarquia prometeu e cumpriu.

O Centro Escolar de Nelas teve um investimento de 3.900 mil euros, participado por Fundos da União Europeia em 2.700 mil euros, sendo o investimento restante de cerca de 1.200.000 euros, assumidos na totalidade pela autarquia. Este novo espaço, dotado das mais modernas valências em matéria educativa, acolherá alunos do 1º Ciclo das escolas de Nelas (Avenida e Serra), e pelos alunos de Moreira, Folhadal, Vila Ruiva e Senhorim que, face ao decréscimo do número de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alunos, viram as suas escolas encerrarem. O Centro Escolar oferece a todas as crianças e docentes uma maior diversidade e qualidade de ensino e devo dizer que estão a ser, neste momento, finalizados os passeios. Iremos, brevemente, dar início à construção de um parque, a que eu chamo de Parque dos Avós. Ficarà uma lindíssima zona requalificada e espero que todas as pessoas possam usufruir, desde os avós aos netos, passando pelos pais.

No que concerne à rede de escolas do 1º Ciclo, todos os anos são propostas para encerramento escolas do Concelho. Este ano não foi excepção e não fosse a posição firme da Autarquia contra o seu encerramento, seriam encerradas mais quatro escolas. Apesar de termos a noção de que ano após ano as escolas têm menos alunos, continuaremos a lutar contra qualquer encerramento de escolas sem que estejam garantidas efectivas e reais melhorias das condições de transporte e de acolhimento.

Como sabem, Senhores Membros da Assembleia, o Governo aprovou em Conselho de Ministros as linhas gerais da reforma administrativa local. O Projecto de resolução procura reforçar os Municípios e as Freguesias e contempla medidas que no futuro darão maior estabilidade e funcionalidade aos órgãos locais. Numa primeira análise, o projecto tem alguns pontos positivos, nomeadamente ao contemplar Executivos mono cores que pela sua natureza executiva, é meu entendimento, deve ser composto por elementos comprometidos com o projecto em execução, porque, certamente, que ninguém compreenderia que o Governo de Portugal fosse constituído por elementos propostos por todos os Partidos com representação na Assembleia da República.

Pretende-se, também, alterar o método de eleição, incluindo a redução do número de Vereadores e Dirigentes Autárquicos, bem como a aglutinação de Freguesias e a Assembleia Municipal terá os seus poderes de fiscalização e controlo reforçados. Sendo certo que é necessário ajustar a Administração Local à realidade actual, é importante que as alterações não ponham em causa o municipalismo ou a identidade dos Concelhos e das Freguesias, o que contribuiria para um empobrecimento progressivo da Democracia. Não se pode fazer a reorganização administrativa do poder local, de régua e esquadro, num qualquer gabinete em Lisboa, a pensar só na redução de custos. O poder local tem funções que vão muito para além do que está legislado e que assumem particular importância em momento de crise e dificuldade social.

Não podemos esquecer que os Municípios são veículos de descentralização e são essenciais na execução das políticas de proximidade. Não se pode tratar de igual forma coisas que são diferentes. As Juntas de Freguesia são fundamentais num Concelho do interior, daí que reitero a nossa posição de ser contra qualquer tipo de extinção de Freguesias no nosso Concelho e lanço, aqui, um desafio a todos os Senhores Presidentes de Junta que vão ter, penso que em breve, as vossas Assembleias de Freguesia e que façam chegar uma moção neste sentido. Penso que é importante, antes de qualquer decisão tomada, que se tome posição sobre este assunto.

Paralelamente é necessário, também, proceder a uma revisão da Lei das Finanças Locais. Os Municípios não podem continuar a serem confrontados com novas competências sem que haja a correspondente compensação financeira. É preciso repensar a gestão autárquica no sentido de assegurar o futuro e a sustentabilidade financeira dos Municípios portugueses. Nos últimos anos o aumento de receitas com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

impostos por parte do estado não foi acompanhado por um aumento de receita fiscal para os Municípios, como seria normal, devido à lei das finanças locais em vigor.

Também a forma de cálculo do FEF se revela ultrapassada e prejudica os Municípios que mais fazem e melhores condições criam para atraírem novos residentes para o Concelho. Esta situação, a par dos cortes no FEF, faz com que o Concelho de Nelas esteja a ser prejudicado. É por isso que apresentámos uma proposta, e foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara, a enviar ao Governo e Grupos Parlamentares para que, dentro desta alteração da Lei das Finanças Locais, seja repensada a fórmula de cálculo do FEF. E a título de exemplo, não se compreende que Penalva do Castelo tenha, anualmente, mais quinhentos mil euros em FEF que o Município de Nelas. É imperioso que a Lei das Finanças Locais seja alterada para que os Municípios tenham direito a uma maior percentagem nos impostos arrecadados na sua área jurisdicional, atenuando, desta forma, a perda de receitas provenientes do FEF.

Falando das reduções a que as Autarquias estão sujeitas, ainda hoje o Presidente da Associação de Municípios dizia que se o aumento do IVA da energia passar de 6 para 23% provocaria às Autarquias uma situação gravíssima. Poderá ser dramático, porque os cortes na iluminação pública trazem repercussões sobre todos, nomeadamente o aumento da criminalidade e outro tipo de preocupações. São alguns dos problemas com que nos debatemos e que temos todos que reflectir.

Congratulo-me, também, pela moção que foi apresentada sobre o hipotético aumento do IVA sobre o vinho que, se acontecesse, traria graves consequências no sector e nós sabemos que o volume de negócios que resulta da exportação de vinhos já ronda os setecentos milhões de euros anuais. Não nos podemos esquecer de que na nossa região, o Coração do Dão, é um produto essencial do sector primário.

Vou terminar com uma palavra de estímulo a todas as Associações do Concelho. Estamos a atravessar uma hora difícil mas estamos certos de que temos a sorte de ter excelentes dirigentes associativos no nosso Concelho e estou convencida que, apesar dos cortes, todos saberão encontrar soluções, em parceria com a Autarquia, para continuarem a trabalharem pelo Concelho, mantendo as suas tradições e dando um contributo importante na projecção da nossa terra.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhora Presidente da Câmara Municipal, Dra. Isaura Pedro. Sobre este ponto alguns dos Senhores Membros da Assembleia quer usar da palavra?

Uma vez que não, passamos, então, ao ponto 2.2 - Deliberar as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, definidas pela Câmara, para os prédios urbanos, referente a 2011, a liquidar no próximo ano, nos termos do Art.º 112.º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis – Decreto-Lei n.º 287/03, de 12 de Novembro.

Sobre este ponto, algum dos Senhores Membros da Assembleia deseja usar da palavra? Vai usar da palavra o Senhor Membro da Assembleia Manuel Borges. Faça favor.

O Senhor Membro da Assembleia Manuel Borges:

- Muito boa noite, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhores Vereadores,
Senhores Membros da Assembleia,
Estimado Público.

Somos chamados a deliberar sobre o ponto 2.2 e a fixar as taxas sobre o IMI para o ano de 2011. A Assembleia Municipal enviou-nos uma proposta, já deliberada pela Câmara Municipal, em que fixa o Imposto para 2012, em vez de ser para o ano de 2011. A Câmara fixou o Imposto Autárquico para o ano de 2012 e não para o ano de 2011. Nós estamos a ser chamados para discutir uma proposta que não existe para o ano de 2011, mas para o ano de 2012, a liquidar só no ano de 2013. Ou seja o Imposto Autárquico de IMI de 2011 está correcto, o de 2012 é que não.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Agradeço desde já ao Senhor Membro da Assembleia Manuel Borges a advertência sobre este ponto. Será registado esse lapso; é para analisar, corrigir e discutir que servem as reuniões da Assembleia Municipal.

Mais algum dos Senhores Membros da Assembleia pretende usar da palavra? Uma vez que não, vamos pôr, então, este ponto à votação.

Ponto 2.2 - Deliberar as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, definidas pela Câmara, para os prédios urbanos, referente a 2011, a liquidar no próximo ano, nos termos do Art.º 112.º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis – Decreto-Lei n.º 287/03, de 12 de Novembro. Quem vota contra? Quem se abstém? Temos 23 votos a favor, 1 abstenção e 0 votos contra.

O Senhor Primeiro Secretário:

MINUTA DA ACTA

O Ponto 2.2 - Deliberar as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, definidas pela Câmara, para os prédios urbanos, referente a 2011, a liquidar no próximo ano, nos termos do Art.º 112.º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis – Decreto-Lei n.º 287/03, de 12 de Novembro, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 23 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.

Passamos, de seguida, ao Ponto 2.3 - Deliberar, nos termos da alínea f), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a criação de uma derrama com vista ao reforço da capacidade financeira para as obras de “Variante de Nelas (1.ª e 2.ª fases)”, “Museu do Vinho do Dão”; “Rotundas de acesso a Canas de Senhorim (Rotundas na E.N. n.º 234, em Canas de Senhorim)” e “Centro de Dia de Vilar Seco”.

Sobre este ponto, algum dos Senhores Membros da Assembleia pretende usar da palavra? Uma vez que não, vamos pôr o ponto à votação.

O ponto 2.3 – Deliberar, nos termos da alínea f), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a criação de uma derrama com vista ao reforço da capacidade financeira para as obras de “Variante de Nelas (1.ª e 2.ª fases)”, “Museu do Vinho do Dão”; “Rotundas de acesso a Canas de Senhorim (Rotundas na E.N. n.º 234, em Canas de Senhorim)” e “Centro de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dia de Vilar Seco”. Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado por unanimidade.

O Senhor Primeiro Secretário:

MINUTA DA ACTA

O Ponto 2.3 – Deliberar, nos termos da alínea f), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a criação de uma derrama com vista ao reforço da capacidade financeira para as obras de “Variante de Nelas (1.ª e 2.ª fases)”, “Museu do Vinho do Dão”; “Rotundas de acesso a Canas de Senhorim (Rotundas na E.N. n.º 234, em Canas de Senhorim)” e “Centro de Dia de Vilar Seco”, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 24 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, isto é, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Foi, também esta aprovada por unanimidade.

Passamos, de seguida, ao ponto 2.4 - Aprovar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro – Lei das Comunicações Electrónicas.

Sobre este ponto, algum dos Senhores Membros da Assembleia pretende usar da palavra? Uma vez que não, vamos pôr, também, este ponto à votação. O ponto 2.4 - Aprovar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro – Lei das Comunicações Electrónicas. Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado por unanimidade.

O Senhor Primeiro Secretário:

MINUTA DA ACTA

O Ponto 2.4 - Aprovar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro – Lei das Comunicações Electrónicas, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 24 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, isto é, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.

Ponto 2.5 - Aprovar os Benefícios Fiscais IRS – Participação dos Municípios – Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro. Sobre este ponto, algum dos Senhores Membros da Assembleia pretende usar da palavra? Uma vez que não, vamos pô-lo à votação.

Ponto 2.5 - Aprovar os Benefícios Fiscais IRS – Participação dos Municípios – Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro. Quem vota contra? Quem se abstém? Temos este ponto aprovado com 20 votos a favor, 1 abstenção e 3 votos contra.

O Senhor Primeiro Secretário:

MINUTA DA ACTA

O Ponto 2.5 - Aprovar os Benefícios Fiscais IRS – Participação dos Municípios – Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 20 votos a favor, 3 votos contra e 1 abstenção.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.

Passamos, de seguida, ao ponto 2.6 – Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o projecto de Regulamento do Arquivo Municipal de Nelas.

Sobre este ponto, algum dos Senhores Membros da Assembleia pretende usar da palavra? Uma vez que não, vamos, também, pôr este ponto à votação.

O ponto 2.6 – Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o projecto de Regulamento do Arquivo Municipal de Nelas. Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado por unanimidade.

O Senhor Primeiro Secretário:

MINUTA DA ACTA

O Ponto 2.6 – Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o projecto de Regulamento do Arquivo Municipal de Nelas, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 24 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, isto é, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Está, assim, aprovada por unanimidade.

Passamos, de seguida, ao ponto 2. 7 - Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a alteração do Regulamento de Trânsito da Freguesia de Vilar Seco, apresentado, também, nesta Assembleia e já aprovado pela mesma.

Algum dos Senhores Membros da Assembleia pretende, sobre este ponto, usar da palavra? Uma vez que não, vamos pôr, então o ponto à votação.

O ponto 2. 7 - Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a alteração do Regulamento de Trânsito da Freguesia de Vilar Seco. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, foi aprovado com 23 votos a favor e 1 abstenção.

O Senhor Primeiro Secretário:

MINUTA DA ACTA

O Ponto 2. 7 - Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a alteração do Regulamento de Trânsito da Freguesia de Vilar Seco, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 23 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.

Passamos, de seguida para o ponto 2.8 - Autorizar a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão a contrair um empréstimo a médio e longo prazo no valor de 6.700.000,00 euros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sobre este ponto, algum dos Senhores Membros da Assembleia pretende usar da palavra? Uma vez que não, vamos pôr este ponto à votação.

O ponto 2.8 - Autorizar a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão a contrair um empréstimo a médio e longo prazo no valor de 6.700.000,00 euros. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, o ponto 2.8 foi aprovado com 19 votos a favor e 5 abstenções.

O Senhor Primeiro Secretário:

MINUTA DA ACTA

O Ponto 2.8 - Autorizar a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão a contrair um empréstimo a médio e longo prazo no valor de 6.700.000,00 euros, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 19 votos a favor, 0 votos contra e 5 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Foi aprovada por unanimidade.

Passamos, de seguida, no ponto 2.9 - Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro – 2.º Semestre - Apreciação, nos termos do n.º 4, alínea c) e n.º 5, do Art.º 40.º, das Lei das Finanças Locais.

Sobre este ponto, algum dos Senhores Membros da Assembleia pretende usar da palavra neste ponto? Uma vez que ninguém pretende usar da palavra, quero dizer aos Senhores Membros da Assembleia de que este ponto é, apenas, para transmitir a informação de um relatório de acompanhamento.

Passamos de seguida para o último ponto. Ponto 2.10 - Revisão da Lei das Finanças Locais – Proposta desta Câmara Municipal para dar conhecimento.

Sobre este ponto, algum dos Senhores Membros da Assembleia pretende usar da palavra? Vai usar da palavra a Senhora Membro da Assembleia Sandra Coutinho. Faça favor.

A Senhora Membro da Assembleia Sandra Coutinho:

- Muito boa noite, Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exma. Senhora Presidente da Câmara,

Exmos. Senhores Vereadores,

Exmos. Senhores Membros da Assembleia.

Respeitável Público.

Quando o FEF foi criado visava dotar e reforçar os Municípios de melhor capacidade económica, para fazer face ao seu funcionamento e investimento, de forma a fomentar a correcção de assimetrias, criar riqueza e melhorar o nível de vida dos seus munícipes. No presente verificamos que existem Municípios que utilizam correctamente esses dinheiros, (como o Concelho de Nelas) que tem actualmente, 14.000 habitantes a receber valor igual aos Municípios com menos de 10.000 habitantes, diria mais, com metade ou menos de metade dos seus habitantes. Pode-se concluir que algo tem que mudar, pois as assimetrias são mais que evidentes, não existindo, assim, equidade territorial, pois o mais importante são as pessoas e não o território, que muitas vezes não passa de simples calhaus.

Face ao exposto, a Bancada do PPD/PSD-CDS/PP apresenta a seguinte proposta que passo a ler e que deve ser enviada ao Senhor Presidente da República, à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhora Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro Ministro e a todos os grupos parlamentares.

“Sendo do conhecimento público que o actual Governo da Nação pretende levar a efeito uma revisão da Lei das Finanças Locais e, sendo também público, que a Lei actualmente em vigor, em conjunto com a actual conjuntura da crise económica global, provocou o estrangulamento financeiro da quase totalidade dos Municípios, é importante que os Autarcas em funções se debrucem sobre o normativo que vigora e façam chegar sugestões aos órgãos que têm em mãos a revisão da Lei em causa.

É nesse sentido que fazemos aqui uma primeira abordagem a um dos temas mais importantes da Lei e um dos que causa maiores desequilíbrios, injustiças e desigualdades entre municípios e consequentemente entre os respectivos cidadãos.

Referimo-nos à forma de cálculo da repartição dos recursos públicos entre o Estado e as Autarquias Locais, definida no Título III, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro. Segundo a referida norma legal, a repartição pretendida é obtida através de várias formas de participação (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e participação variável no IRS), sendo no entanto que, em termos práticos, se verifica que o FEF representa a parte mais essencial das verbas transferidas, atingindo valores na ordem dos 80% do total das transferências. O FEF divide-se em duas componentes: o Fundo de Coesão Municipal, que pretende corrigir assimetrias entre Municípios, favorecendo os mais desfavorecidos, cujas assimetrias em relação à média nacional sejam relevantes e o Fundo Geral Municipal que pretende dotar os Municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições.

É exactamente na fórmula de cálculo do FGM (que corresponde a 50% do FEF global nacional) que se encontram situações que prejudicam um número elevado de municípios em relação a outros. Com efeito, no art.º 26.º, da já referida Lei, verifica-se que 5% do FGM é distribuído igualmente por todos os Municípios, 35% são distribuídos em função da área e da respectiva amplitude altimétrica, de cada Concelho, sendo ainda considerada a eventual afectação de território a Redes Natura. Os restantes 60% são distribuídos de acordo com a população de cada Município, sendo que a população é ponderada da seguinte forma:

- Os primeiros 5.000 habitantes – 3;
- De 5.001 a 10.000 habitantes – 1;
- De 10.001 a 20.000 habitantes – 0,25;
- De 20.001 a 40.000 habitantes – 0,50;
- De 40.001 a 80.000 habitantes – 0,75;
- Mais de 80.000 habitantes – 1.

Esta forma de ponderação prejudica, claramente, os Municípios com mais de 5.000 habitantes, sendo que o prejuízo é claramente superior no conjunto de Municípios de média dimensão, nomeadamente naqueles que têm entre 10 e 20 mil habitantes.

E, se é perceptível a intenção e preocupação em dar mais capacidade de crescimento aos Municípios mais pequenos, a verdade é que, quer o Fundo Social Municipal, quer o Fundo de Coesão Municipal têm já essa missão, não se vislumbrando qual a razão lógica que leve a que aquele grupo de cidadãos seja valorizada de forma tão diferente dos restantes.

A título de exemplo veja-se que um Município com 7.500 habitantes terá no cálculo de 65% do FGM um factor multiplicador de 17.500 e um Município com 15.000



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

habitantes terá um factor multiplicador de 21.250. Ou seja, apesar de ter o dobro da população terá um valor de FGM somente superior ao Concelho menor em 21%, neste factor de cálculo. De outra forma, este factor de 21% corresponderá a uma diferença no FGM de somente 14% e no FEF de somente 7%.

Assim, e face ao exposto, sugere-se que o Governo e os Grupos Parlamentares à Assembleia da República, aproveitando a revisão à Lei das Finanças Locais, já anunciada, alterem a fórmula de cálculo dos montantes das transferências do Estado para as Autarquias Locais, levando em linha de conta que a defesa dos Concelhos mais desfavorecidos e pequenos, bem como daqueles com altimétricas mais profundas e difíceis, se encontra já prevista noutros parâmetros, deixando de prejudicar de forma tão clara os Concelhos de dimensão média, principalmente os que têm entre 10 e 20 mil habitantes como é o caso do Concelho de Nelas”.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhora Membro da Assembleia Sandra Coutinho. Sobre esta proposta, a apresentar aos Grupos Parlamentares dos diferentes Partidos e ao Senhor Ministro, alguém se quer pronunciar sobre ela? Uma vez que não, esta proposta vai ser colocada à votação. A proposta a apresentar ao Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Reforma Administrativa e a todos os Grupos Parlamentares. Quem vota contra? Quem se abstém? Foi, assim, aprovada por unanimidade.

Atendendo a que chegámos ao último ponto, dou, assim, por encerrada esta sessão, agradecendo a todos a vossa presença e desejando a todos um bom fim-de-semana.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretário: